

ONGs DE MULHERES: CAMINHO DE PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA?

Ana Maria Braga da Cruz*

Jurista, consultora na área de género

Resumo Neste artigo, começam por colocar-se diversas questões em torno das ONGs de mulheres. Interroga-se a contribuição destas para a luta pelos direitos humanos e para a alteração do seu estatuto jurídico e da sua participação social. Questiona-se o seu grau de consciência de direitos e responsabilidades, potenciador de uma efectiva participação. Interpela-se o grau de confiança que as mulheres poderão ter nas organizações políticas, dada a falta de abertura democrática à participação das mulheres, e o potencial de acolhimento das ONGs às suas múltiplas vozes e necessidades. Na segunda parte, faz-se uma reflexão experiencial sobre trabalho desenvolvido com grupos de mulheres, numa modalidade de investigação-acção, equacionando as diferentes dimensões inerentes ao trabalho desenvolvido e reflectindo sobre os resultados obtidos. Termina-se com a afirmação da valia da democracia participativa.

Palavras-chave ONG de mulheres, participação, democracia, investigação-acção.

Só ocorrerá uma mudança se as mulheres, totalmente conscientes dos seus direitos e responsabilidades, em todos os níveis, expressarem as suas convicções colectivamente. Esta será, verdadeiramente, uma voz diferente: uma voz que vai procurar integrar em vez de excluir, uma voz que vai estimular a convergência em vez da separação, que vai abandonar direitos abstractos para substituí-los por capacidades vividas, uma voz que coloque a justiça directamente nas mãos daqueles que têm a capacidade de cuidar dos outros¹.

Há longos anos participante e também observadora do que se pode apelar de «movimentos de mulheres» em Portugal e no mundo, interrogo-me aqui e agora sobre a contribuição de tais movimentos para a questão fundamental que nessa participação tem determinado: a luta por direitos humanos fundamentais («os direitos das mulheres são direitos humanos» – Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, Viena, 1993).

As profundas alterações que o estatuto jurídico e a participação social das mulheres registaram em Portugal, nos últimos 30 anos, serão fruto da luta das mulheres (apoiada por movimentos sociais específicos) ou serão consequência de uma evolução enraizada em alterações políticas mais gerais?

1 Comissão Independente População e Qualidade de Vida, *Cuidar o Futuro. Um programa radical para viver melhor*, 1998, Trinova Editora, Lda., Lisboa.

Que vitalidade têm os movimentos de mulheres conseguido comunicar no tecido social? ONGs de mulheres – serão estas estruturas a institucionalização dos movimentos de mulheres? A institucionalização calcifica os movimentos, tirar-lhes-á a flexibilidade, a espontaneidade?

De várias formas, em vários tons, há mulheres que reclamam alterações: são os direitos reprodutivos, a participação política, a organização do trabalho e da vida familiar, o gozo dos tempos livres...

Só ocorrerá uma mudança se as mulheres, totalmente conscientes dos seus direitos e responsabilidades, em todos os níveis, expressarem as suas convicções colectivamente².

Mas estarão as mulheres totalmente conscientes dos seus direitos e responsabilidades, em todos os níveis? Quando algumas reagem ao facto de sentirem que há demasiados nomes de mulheres nas listas para deputados... quando se lamentam relativamente ao desemprego, ao custo de vida, etc. mas não se põe em causa o modelo de desenvolvimento de que decorrem os problemas... e não se assumem as responsabilidades políticas e sociais de todos e cada um(a).

E que canais utilizar na «*expressão colectiva das convicções*»? Sentirão as mulheres que as suas convicções têm maior ou menor eco conforme a agenda política que elas não organizaram porque a participação política não lhes é democraticamente permitida?

As ONGs deverão saudavelmente reflectir o diverso espectro político: que abertura proporcionam no acolhimento e na defesa atempada das questões que verdadeiramente preocupam as mulheres? Que linguagem utilizam no sentido de haver mútuo entendimento e escuta?

uma voz que vai procurar integrar em vez de excluir, uma voz que vai estimular a convergência em vez da separação, que vai abandonar direitos abstractos para substituí-los por capacidades vividas, uma voz que coloque a justiça directamente nas mãos daqueles que têm a capacidade de cuidar dos outros³.

As mulheres sabem que há vários modos de «cuidar dos outros»: sem dúvida que através da palavra – denúncia que integre o sentir de quem vive a discriminação, o sofrimento ou o desprezo. As mulheres sabem que se cuida dos outros proclamando, denunciando mas também agindo. Agindo em favor dos outros, agindo com os outros, sem receio de sujar as mãos em quotidianos pro-saicos que se chamarão propostas de projectos, gestão dos mesmos, organização de espaços que proporcionem respostas alternativas a questões ligadas a educação, trabalho, cultura.

2 Idem.

3 Comissão Independente População e Qualidade de Vida, *Cuidar o Futuro. Um programa radical para viver melhor*, 1998, Trinova Editora, Lda., Lisboa.

Coordenando projectos, da responsabilidade da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, trabalhei em Portugal com diversos grupos de mulheres – na sua maioria agricultoras a meio tempo – que pretendiam organizar de modo mais rentável a sua produção enquanto artesãs. O método de investigação-acção que adoptámos levou-nos considerar cada ponto de chegada um ponto de partida, caminho sem fim na espiral do «saber de experiências feito» que fomos tecendo.

Recordo os «choques culturais» que todas sofremos. Como se entra num banco para receber um cheque? Ela (eu) gosta mesmo de vestir de burel? Porque se recusa aquela (tu) a usar as tecelagens que eu tanto aprecio? Admitamos: a minha imagem (romântica) do que é o rural nada tinha a ver com a tua infância/juventude com carimbo de exclusão.

Várias razões nos moveram a propor tais acções: a urgência em mudar mentalidades, assegurar a sobrevivência de economias em declínio, experimentar uma «nova economia» (viabilizando micro-empresas através da implementação de agência de desenvolvimento especializada), experimentar um outro tipo de desenvolvimento, preservar o património cultural e o ambiente.

Os saberes **tradicionais** que as mulheres rurais detêm, e constituem **valores culturais** a preservar, poderão ser criadores de riqueza e de dinamismos conducentes a um verdadeiro desenvolvimento endógeno, através do incremento da pluriactividade.

Sentimo-nos redimidas, com a auto-estima a subir, quando visitámos exposições, participámos nas passagens de modelos. Sentimo-nos revoltadas quando reparámos que continuávamos a desempenhar o papel da menina prendada que exhibe os seus dotes e se deve dar por satisfeita com os aplausos que recebe e com os tostões que lhe entregam.

O projecto ligava-se intimamente à **revalorização do mundo rural**. Era nossa convicção que os pequenos agricultores beneficiariam muito com políticas de desenvolvimento regional que os ajudassem a ganhar dinheiro noutras actividades. Recordamos a afirmação de Schumpeter sobre a inovação como fundamento do desenvolvimento.

Lembro aqui um estudo de uma equipe da UTAD, elaborado a meu pedido quando presidente da CIDM. Pretendia-se, por um lado, avaliar acções anteriormente levadas a efeito junto de mulheres rurais e perspectivar futuras acções no sentido do cumprimento das obrigações de Portugal face à aplicação de textos internacionais (Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação e Textos de Pequim). Fala-se aí de alargar e flexibilizar as modalidades de oferta de formação, aconselham-se complementaridades e articulações entre a formação e os diferentes instrumentos de política e gestão de um dado território, afirma-se que a formação e a educação são factores de revitalização económica, social e cultural em meio rural, lembra-se a necessidade de diversificar os objecti-

vos da formação em meio rural, sublinha-se que a formação para o auto-emprego requer um público bem seleccionado e condições específicas de apoio na fase de pós-formação, fala-se da necessidade de promover a participação das mulheres e a articulação entre acções e da necessidade de cursos mais longos e menos intensos, valorizando a experiência das formandas. Exige-se uma cultura de avaliação.

Para além das vertentes económica e social, trabalhamos as vertentes **cultural e de preservação do ambiente**, preservação de património, tradições e matérias primas – que se reflectiu no plano de marketing que desenvolvemos.

Tentou-se implementar um projecto que configurasse o perfil de **empresa cultural**, com características específicas: o primado do projecto artístico, a importância dos financiamentos públicos, a intangibilidade dos produtos, a inserção no seio de redes, o peso do factor humano, a complexidade do meio em que se insere. Aprendemos que a cultura pode ser um «nicho» de mercado, sem com isso se abastardar. Ponto é que se assuma com alegria o gosto de ser diferente.

Pretendemos na nossa acção sublinhar vários pontos:

- as pessoas, paisagens, regiões, produtos, devem ser respeitados no que significam de único, original e diferente;
- a ligação rural/urbano passa por um mútuo reconhecimento;
- o desenvolvimento pode (deve) ser a elipse a traçar nesse diálogo em que se parte do conhecido/óbvio para o abstracto;
- a cultura urbana tem códigos – podemos entrar neles enriquecendo-os, ironizando, (re)criando.

Vivemos, ao longo do processo de trabalho com os grupos de mulheres rurais, o dilema entre a eficiência empresarial e a convivialidade. Poderão estas duas valências coexistir? Como elaborar uma síntese? Pensamos que é este um dos pontos em que as mulheres podem introduzir a inovação e a diferença. Julgamos importante preservar valores humanos de relação, e que o marketing poderá assumir esses valores sem os abastardar.

Pensamos que teria sido importante discutir a dimensão das empresas e da produção: valerá a pena produzir mais e introduzir *stress*, ansiedade, competitividade desenfreada em meios onde (ainda) há qualidade de vida?

Parecia-nos aconselhável (re)pensar o trabalho com os grupos de modo a ultrapassar níveis de desconfiança mútua e de receios (também mútuos) perante o poder.

No que se refere à formação profissional, aprendemos que deverá ser programada de acordo com as perspectivas de trabalho existentes ou a criar, sabendo-se, além do mais, que as mulheres usam o dinheiro preferencialmente para benefício da família, o que tem implicações no aumento da qualidade de vida. A educação das mulheres é portanto determinante dessa mesma qualidade de vida.

A articulação entre questões de população, família e desenvolvimento não parece vir sendo estabelecida da melhor forma. Há o predomínio de um único

modelo de desenvolvimento, evidente no documento da Conferência do Cairo, de Setembro de 94, sobre População.

Parece pois urgente o estabelecimento de planos de desenvolvimento integrado que permitam elevar a qualidade de vida. Se não se promove um autêntico desenvolvimento local, arriscamo-nos a ter uma sociedade dual (com pobres e ricos bem separados) também ao nível nacional e não só comunitário ou internacional: a noção de que todos temos de viver segundo padrões iguais – tipo maçã tamanho único – arrisca-se a liquidar os desejos, as tradições, as necessidades locais, se não forem criados espaços em que, localmente, a democracia seja exercida. Dever-nos-íamos interrogar se o projecto de vida das mulheres e dos homens, dos povos do sul e do norte, das povoações rurais e urbanas terá que ser igual ao paradigma que parece consagrado: o do homem urbano do norte europeu. A gestão global que os vários grupos fazem do tempo e a sua repartição entre actividade económica e extra económica é diversa, e isto não pode ser esquecido. A grande discussão a encetar parece que deverá incidir sobre o modelo cultural e o novo estilo de democracia em que seja dada primazia ao ser sobre o ter, o que implica também dar prioridade aos recursos humanos e culturais.

As mulheres podem ser motivadas para serem participantes activas na mudança, no desenvolvimento humano sustentável. Haverá que ponderar da interdependência dos aspectos sociais e económicos relativamente às mulheres, o que implica uma necessidade de aproximação integrada.

No que se refere ao estabelecimento de prioridades sociais será importante examinar:

- como dispensar serviços sociais de base nas zonas mais pobres em que não há acessos e que factores desencorajam a sua utilização;
- criação de empregos e protecção social eficaz;
- como aumentar a participação das comunidades locais no fornecimento de serviços sociais;
- inquirir junto das mulheres quais as suas necessidades.

Na avaliação dos projectos desenvolvidos, ou a desenvolver, haveria que examinar as despesas públicas, com vista a compreender como estas ajudam a atenuar a pobreza. Lembro os II Plano Nacional para a Igualdade⁴ e o II Plano Nacional contra a Violência Doméstica⁵ que não referem claramente o suporte financeiro que os suportará.

A construção da democracia participativa tem que passar pelas mulheres: elas estão melhor informadas relativamente aos problemas do quotidiano, são capazes de ser actores vivos e não meros espectadores, quando descobrem que se

4 Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2003, de 25 de Novembro.

5 Resolução do Conselho e Ministros n.º 88/2003, de 7 de Julho.

estão a decidir questões essenciais da suas vidas. Acredito que através das mulheres a apatia e o cinzentismo políticos poderão ser ultrapassados.

Em 1962 Mendes France afirmava:

A democracia é a acção continua do cidadão. Não só sobre as questões de Estado, mas sobre as da região, da comuna, da cooperativa, da associação, da profissão. Se esta presença vigilante não se faz sentir, os governos (quaisquer que sejam os princípios que os regem) os corpos organizados, os funcionários, os eleitos submetidos a pressões de toda a espécie de grupos, são abandonados às suas próprias fraquezas e em breve cedem quer às tentações do arbitrário, quer à rotina dos direitos adquiridos. A democracia só é eficaz se existe em toda a parte e sempre. O cidadão é um homem que não deixa aos outros a tarefa de decidir sobre o seu futuro ou sobre o futuro comum.

Estamos pois a falar de democracia participativa. Tal implica, no que respeita às pessoas:

Que cada um assuma uma responsabilidade concreta tendo em conta os seus desejos e competências e no sentido de colocar isso ao serviço dos outros.

Que cada um participe nas tomadas de decisão.

Que cada um possa dialogar de modo a aceitar os pluralismos das organizações e a diversidade de pontos de vista.

Por outro lado, as estruturas/organizações devem estar estruturadas à medida humana para que todos possam participar. A estrutura em rede que possibilite o encontro de responsáveis de estruturas similares e de estruturas diferentes, com vista a descobrir o que as une e a natureza das divergências é fundamental.

A maturidade democrática exige que os movimentos elaborem o seu pensamento, discutam entre si, operem sem necessidade de órgãos tutelares mas num esquema de respeito e mútua colaboração.

Abstract

Women's NGOs: pathways of participation and democracy?

In this paper, some questions are raised around women's NGOs. One questions its contributions to the struggle for human rights and to the change in women's juridical status and social participation. The degree of women's awareness about their rights and responsibilities is also interrogated in its potential for effective participation. Questions are raised about women's level of trust on political organizations due to the lack of democratic openness to women's participation, within society. NGOs' potential to shelter women's multiple voices and needs comes also into question. In the second part, a reflection sustained on personal experience with groups of women is made. This was developed according to an action-research methodology and the multiple inherent dimensions and results are also referred. The value of participative democracy is asserted, to conclude.

Key words women's NGOs, participation, democracy, action-research.

Résumé

ONGs de femmes: chemin de participation et démocratie?

Dans cet article on pose diverses questions sur les ONGs de femmes, sur la contribution pour la lutte des droits humains et pour l'altération de ses statuts juridiques et sa participation sociale. Le degré de confiance des femmes dans les organisations politiques est discuté, en considérant l'ouverture limitée à la participation des femmes et le potentiel accueil des ONGs à différents voix et nécessités. Dans la deuxième partie, nous réfléchissons sur le travail développé avec groupes de femmes, dans une perspective de recherche-action, considérant les différentes dimensions du travail développé et les résultats. On termine avec l'affirmation de la valeur de la démocratie participative.

Mots-clés ONGs de femmes, participation, démocratie, recherche-action.

Ana Maria Braga da Cruz é licenciada em Direito pela Universidade de Coimbra, com mestrado em Desenvolvimento e Extensão Rural pela UTAD. É autora de várias publicações sobre temas relacionados com os direitos humanos das mulheres. Participa, desde há 40 anos, em grupos e associações relativos a direitos humanos (v.g. Comissão Nacional e Diocesana de Justiça e Paz, Ninho [fundadora], ANIMAR [fundadora], Graal, Samaritans). Aposentada pela administração pública, foi funcionária da CIDM, onde exerceu várias funções, entre elas delegada do norte e assessora principal. Actualmente é consultora *free lancer* junto de projectos nacionais e internacionais.

Artigo recebido em Janeiro de 2005 e aceite para publicação em Outubro de 2005.